

X Congresso 30 de abril e 1 e 2 de maio de 2009

Investigar, avaliar, descentralizar: actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Ferreira, Henrique; Bergano, Sofia; Santos, Graça; Lima, Carla (Org.). Comunicação n.º 76. Bragança: SPCE, IPB, CdRom. ISBN: 978-972-745-102-9

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS EM PORTUGAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

António Vítor N. de Carvalho [1]; Carlos Meireles-Coelho [2].

[1] Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, avitor@ua.pt

[2] Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, meireles@ua.pt

Resumo

No contexto da globalização, a educação e a formação, em geral, são o eixo da aprendizagem ao longo da vida; e a educação e formação de adultos constitui um dos grandes desafios na União Europeia. Para atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa, Portugal é chamado a «apreciar o valor social e económico» da educação e formação, abrindo o seu sistema educativo, desenvolvendo a certificação de competências e reforçando no programa “Novas Oportunidades” a vertente de indução na vida ativa e do empreendedorismo.

Palavras-chaves: aprendizagem ao longo da vida; educação e formação de adultos; certificação de competências; Iniciativa Novas Oportunidades.

Abstract

In the globalization/globalisation context, education and training are the axle of lifelong learning process and in EU adult education and training constitute a major challenge. For achieving the Lisbon goals, Portugal is called to appreciate the social and economic value of education and training, opening the education system, developing the certification of competences and applying the ‘New Opportunities’ Initiative.

Key-words: lifelong learning; adult education and training; certification of competences; ‘New Opportunities’ Initiative; globalization, globalisation.

«O investimento nas pessoas também será crucial para o futuro da Europa»
Philippe Busquin, 2003

Introdução

A evolução célere, incessante e generalizada a que assistimos no nosso tempo exige uma atualização permanente dos conhecimentos. Num tempo e num espaço cada vez mais globalizados e marcados pelo timbre da tecnologia, conhecimento e competitividade, estas mudanças profundas acentuam mais do que aproximam as diferenças entre as pessoas, economias e sociedades; e, assim, a educação e formação ao longo da vida assumem-se como o eixo de inclusão/exclusão que se inicia na infância e se estende por toda a vida adulta.

Na verdade, para corresponder às exigências hodiernas, como destaca o [Relatório Delors \(1996\)](#) temos que aprender ao longo de toda a vida e procurar obter, até ao fim da mesma, um conhecimento dinâmico do mundo, combinando de maneira flexível as quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser¹. A referida Comissão designa este *continuum* educativo como a «chave que abre as portas do século XXI» no domínio dos ritmos e tempos das pessoas e na adaptação necessária às exigências inerentes ao mundo do trabalho ([Delors, 1996](#): 89).

Atendendo às sucessivas declarações sobre educação da UNESCO, especialmente as que foram emanadas na transição do século XX para o século XXI — com particular destaque para as resoluções decorrentes dos encontros de [Jomtien \(1990\)](#), [Nova Delhi \(1993\)](#), [Hamburgo \(1997\)](#), [Seul \(1999\)](#), [Dakar \(2000\)](#) e [Cochabamba \(2001\)](#) — nota-se uma preocupação evidente em desencadear a reflexão e o debate sobre a necessidade de garantir o direito de todos à educação/formação, do ensino básico até à aprendizagem permanente, apontando o processo educativo como factor de coesão e de combate à exclusão social. É com este espírito de educação para todos e ao longo da vida que a educação/formação de adultos, como enfatiza a *Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*, «engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, onde as pessoas consideradas ‘adultas’ pela sociedade desenvolvem [as] suas competências, enriquecem [o] seu conhecimento e aperfeiçoam [as] suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação [das] suas necessidades e as [da] sua sociedade» (SESI/UNESCO, [1999](#): 19).

As cinco conferências internacionais de educação de adultos (CONFINTEA), também promovidas pela UNESCO: Elsinore (1949), Montreal (1960), Tóquio (1972), Paris (1985) e [Hamburgo \(1997\)](#), [Belém \(2009\)](#) –, contribuíram para o desenvolvimento da educação e formação de adultos, e chamaram a atenção para a importância desta última fase da continuidade educativa. Como revela uma publicação da OCDE, *Promoting adult learning (2005)*, a educação e formação de adultos promove o desenvolvimento pessoal, social e profissional. Uma vez vencido o desafio da motivação, ela apresenta um retorno manifestamente positivo para a sociedade e para os indivíduos, traduzindo-se em benefícios económicos globais, salários mais elevados, empregabilidade, aumento da produtividade, melhoria da auto-estima e da capacidade de participação cívica.

1. A estratégia europeia para a educação e formação de adultos

Como afirma Roberto Carneiro (2001: 223-225), a Europa é «um farol de diversidade, um centro de iniciativa» onde a ‘casa comum’ da educação dá lugar à esperança e à exigência na comunidade dos ‘aprendentes’. Efetivamente, na sequência das conclusões do [Conselho Europeu de Lisboa](#) da Primavera de 2000, cujo propósito fundamental ficou traduzido no desígnio de modernizar os sistemas europeus de educação e formação enquanto alicerce das exigências de uma economia baseada no conhecimento; a União Europeia (UE) lançou, entre 2000 e 2008, várias resoluções, recomendações, relatórios e conclusões em matéria de

¹ A estas quatro aprendizagens poderíamos acrescentar outras como aprender a viver com o meio ambiente e aprender a viver connosco próprios.

aprendizagem ao longo da vida, formação vocacional, qualificações, competências e validação de aprendizagens. A construção deste espaço contempla, igualmente, a Agenda Social Europeia (2000), o Plano de Ação e Europa (2000), o espaço europeu da investigação (2000), o Plano de Ação em matéria de Competências e Mobilidade (2000 e 2002), o Relatório sobre os Objectivos Concretos dos Sistemas de Educação e Formação (2001), o Livro Branco sobre a Juventude, os programas Sócrates, Comenius, Erasmus, Grundtvig, Jean Monnet e Leonardo da Vinci, e a Estratégia Europeia para o Emprego.

Verifica-se, assim, que o programa global estratégico europeu elege, claramente, a educação e a formação como ‘factores essenciais’ para alcançar os objectivos definidos na Estratégia de Lisboa no tocante ao crescimento económico, competitividade e inclusão social. Com efeito, no âmbito do programa [*Educação e Formação para 2010*](#), a educação e formação de adultos tende a ser objectivamente contemplada nos programas nacionais e nas reformas efetuadas pelos Estados-Membros.

Nesse sentido, dentre a documentação mais recente associada a esta temática, destaca-se uma [*Comunicação da Comissão Europeia, de 23 de outubro de 2006*](#), e uma [*Resolução do Parlamento Europeu de 16 de janeiro de 2008*](#) – ambas com o mesmo título: *Educação de adultos: nunca é tarde para aprender* –, em que se apela aos Estados-Membros para que promovam a aquisição de conhecimentos e desenvolvam uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, relevando a necessidade da aplicação de políticas de igualdade de género destinadas a tornar a educação e formação de adultos mais atractiva, acessível e eficaz. A 22 de maio do mesmo ano, o Conselho da União Europeia publicou as conclusões relativas à educação de adultos sublinhando o «papel crucial» que a mesma pode desempenhar na consecução dos objectivos da Estratégia de Lisboa, «fomentando a coesão social, proporcionando aos cidadãos as competências necessárias para encontrarem novos empregos e contribuir para que a Europa responda aos desafios da globalização» (EU, JO, 2008: 11).

O órgão representativo dos europeus, o Parlamento Europeu, considera a educação e a formação de adultos como ‘prioridade política’ e investimento acertado enquanto aposta geradora de competências pessoais e sociais, de desenvolvimento económico, social e cultural, e móbil de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida (EU, EP, 2008: 4).

Apesar do realce dado à aprendizagem ao longo da vida como factor preponderante na construção da sociedade do conhecimento, somos forçados a admitir que a educação e formação de adultos nem sempre teve a visibilidade devida, foi prioridade política ou esteve munida dos recursos suficientes. Parece que a UE também corre o risco de desfasamento entre o discurso político e a realidade, o que se torna visível quando observamos os desafios que tem a Europa.

Com a crise de 2008/2009, as taxas de desemprego estão a aumentar e o fluxo de jovens a entrar no mercado de trabalho está a diminuir drasticamente. Ao mesmo tempo, a população europeia está a envelhecer e este fenómeno tem impacto na sociedade e na economia. Ao ritmo atual, calcula-se que nos próximos 30 anos o número de jovens europeus com idades até 24 anos vá diminuir em 15%, que mais de 30% dos europeus ultrapasse os 60 anos e que mais de 10% ultrapasse os 80 (EU, CE, 2006: 3) – o modelo social europeu terá que enfrentar desafios muito sérios que em larga escala se colocam à União Europeia num cenário ameaçador dos desígnios de Lisboa, obstáculo à sociedade do conhecimento e à coesão

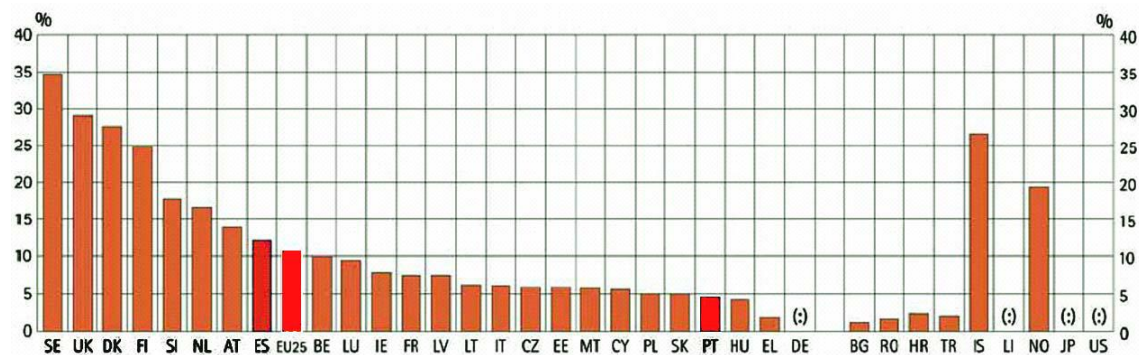
social futura caso não se valorize a importância da necessidade de aprender de forma continuada; se aperfeiçoem as competências e a capacidade de adaptabilidade dos trabalhadores pouco qualificados, predominantemente com mais de 40 anos; e solucione a questão do abandono escolar precoce, que afectou cerca de 6 milhões de jovens em 2005 (EU, CE, 2006: 5).

Paralelamente, a UE enfrenta um grande desafio no campo do crescimento económico e emprego para manter a coesão social. Olhando para outros espaços competitivos no mundo, será vital para a competitividade económica que a educação e formação sejam pioneiras, inovadoras e de qualidade. As necessidades do mercado impõem uma melhoria das competências num espaço europeu que, em 2004, ainda contava com cerca de 80 milhões de cidadãos considerados como pouco qualificados (cerca de um terço da mão de obra europeia). Uma investigação do (CEDEFOP), conduzida por Tessarig e Wannan (2004: 4), estimou que, até 2010, perto de 50% dos novos empregos exigirão qualificações de nível superior e somente 15% dos postos de trabalho entretanto criados albergarão trabalhadores com baixas competências; donde “competência” pode estrategicamente significar conhecimento, capacidade, adaptabilidade, flexibilidade, criatividade, responsabilidade e autonomia (Almeida, 2007). Deste modo, a participação mais efetiva no processo de educação e formação, a aquisição de competências, a literacia e as novas tecnologias colocam-se, logicamente, entre as prioridades europeias.

2. A criação do espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida

Transformar o espaço europeu numa zona concreta de aprendizagem ao longo da vida é um dos pré-requisitos para desencadear a sociedade da informação e do conhecimento em articulação com a zona europeia de investigação. Trata-se de um dos objectivos principais da UE, não só apontando para a esfera económica, mas contemplando a aposta na escolarização e qualificação e na pretensão colectiva de alcançar uma sociedade mais evoluída.

Na sequência do Conselho Europeu de 2000 e de conselhos ulteriores, a UE tem vindo a dar alguns passos na construção da ambicionada sociedade baseada no conhecimento objectivando, desse modo, assumir-se como uma referência mundial de qualidade na entrada da segunda década do terceiro milénio.



Participação de adultos (entre os 25 e 64 anos) em ações de aprendizagem ao longo da vida em 2005

Fonte: Eurostat (*Labor Force Survey*, 2005); CE (2006).

Na verdade, como demonstra o Quadro 1, os dados obtidos em 2005 comprovam que a participação de adultos entre os 25 e 64 anos em modalidades de aprendizagem ao longo da vida ainda é deficitária, pois a maior parte dos Estados-Membros da UE encontra-se abaixo da média europeia.

Face a estes resultados, a UE deu andamento ao [Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida \(2007-2013\)](#). Esta iniciativa tem uma multiplicidade de objectivos visando, objectivamente, instituir um espaço e uma dimensão europeia nos sistemas e práticas existentes no campo da aprendizagem ao longo da vida, promover níveis elevados de desempenho e inovação, melhorar a qualidade das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida, reforçar a coesão social, cidadania ativa, diálogo intercultural, igualdade de género e realização pessoal, promover a criatividade, competitividade, empregabilidade e empreendedorismo (EU, JO, 2006).

Tendo em vista a aplicação do *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida*, já estão em vigor quatro programas sectoriais, um programa transversal destinado a promover a cooperação, aprendizagem de línguas, TIC e inovação, e o programa *Jean Monet* para conceder subvenções de financiamentos relacionados com a integração, instituições e associações europeias que atuam nos domínios da educação e formação. Os quatro programas sectoriais são os conhecidos *Comenius* (talhado para participantes desde o ensino pré-escolar até ao final do secundário), *Erasmus* (abarcando todos os participantes no ensino superior formal e na educação e formação profissionais de nível superior), *Leonardo Da Vinci* (abrangendo os participantes na educação e formação profissional fora do nível superior) e *Grundtvig* (abraçando os intervenientes em todas as formas de educação para adultos).

A aprendizagem ao longo da vida veiculada pela UE tem um campo da ação vastíssimo procurando inscrever um universo intenso de pessoas e instituições. A Comissão garante a execução efetiva das ações comunitárias previstas no *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* e aos Estados-Membros caberá, entre outras missões, garantir a gestão eficaz do Programa associando todos os intervenientes em função das práticas e legislação nacionais, assumir a boa gestão dos recursos, designar os estabelecimentos que oferecem oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, eliminar obstáculos, garantir que sejam realizadas sinergias com outros programas e financiamentos comunitários e assegurar a manutenção das políticas horizontais (EU, JO, 2006).

Analizando o programa talhado para a formação de adultos, o Programa *Grundtvig*, este procura responder particularmente ao envelhecimento da população europeia e consagrar percursos com vista à melhoria de conhecimentos e competências. Os seus objectivos operacionais passam por melhorar a qualidade, acessibilidade e mobilidade das pessoas dentro do espaço europeu, ampliando o universo interveniente de modo a conseguir apoiar a meta de mobilidade de pelo menos 7000 pessoas, por ano, até 2013. Objectiva, também, aumentar quantitativamente as ações de cooperação entre organismos envolvidos na educação e formação de adultos na Europa, apoiar grupos sociais particularmente vulneráveis – pessoas idosas que abandonaram o sistema educativo sem qualificações de base – no acesso à educação de adultos, ajudar o desenvolvimento e a transferência de práticas inovadoras na educação de adultos, patrocinar conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadoras a partir

das TIC, melhorar os métodos pedagógicos e a gestão das organizações de educação de adultos.

Confirma-se que a aprendizagem ao longo da vida e educação e formação de adultos estão intrinsecamente ligadas e são fundamentais no cumprimento dos intentos europeus. A *European Association for the Education of Adults* (EAEA) imputa à educação e formação de adultos a função de sustentáculo como um dos quatro pilares que suportam à aprendizagem ao longo da vida, aliando-se à educação vocacional e formação, à escola e ao ensino superior. Cada um destes pilares tem uma contribuição significativa na competitividade do modelo social europeu. A EAEA (2006: 64) é peremptória, defendendo que sem estes pilares os objectivos económicos e sociais definidos na Estratégia de Lisboa estão deveras hipotecados.

Perante estes desafios, a UE pretende fazer avançar a agenda da educação de adultos alargando a oferta de mais e melhores oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Para isso, a Comissão (CE, 2006: 6) tem transmitido algumas mensagens paradigmáticas como: «Os Estados-Membros não podem continuar sem um sistema eficaz de educação de adultos integrado na sua estratégia de aprendizagem ao longo da vida, que forneça aos participantes um melhor acesso ao mercado de trabalho e uma melhor integração social e os prepare para o envelhecimento em atividade no futuro; devem velar pela existência de sistemas que lhes permitam definir prioridades e controlar a respectiva aplicação». Assim, as mensagens-chaves lançadas pela Comissão, em 2006, dirigidas aos intervenientes na educação de adultos, centram-se em cinco eixos fundamentais:

- eliminar os obstáculos à participação;
- assegurar a qualidade da educação de adultos;
- avaliar, validar e reconhecer os resultados da aprendizagem;
- investir na população que está a envelhecer e nos migrantes;
- garantir indicadores e valores de referência.

3. Desafios e estratégias na educação e formação de adultos em Portugal

Tradicionalmente, a educação e formação de adultos em Portugal tem sido um autêntico ‘parente pobre’ dentro dos sistemas educativos. As políticas de educação de adultos têm sido intermitentes, fragmentadas e desligadas (Castro *et al.*, 2006).

Como já revelámos em estudos anteriores (Carvalho, 2006), na recente viragem de século Portugal exibiu resultados preocupantes, a saber: a maior parte da população com escolaridade ao nível do ensino básico, cerca de 2 milhões de adultos unicamente com nove anos de escolaridade; em 2001 existiam 9% de analfabetos; em 2002, no universo etário entre os 25 e os 64 anos, somente 20,6% da população havia terminado o ensino secundário (cerca de 1/3 da média europeia). Dados revelados em 2005 mostraram que a saída precoce do sistema educativo em Portugal cifrava-se nos 39,4% (EU, 2005_a). Neste início de milénio, a infoexclusão atingia cerca de metade da população portuguesa com idades entre os 25 e os 74 anos e com níveis de instrução inferiores a nove anos de escolaridade e somente 36% da população portuguesa conseguia dominar línguas estrangeiras. Por outro lado, também se constatou que a conexão entre universidade, ciência, formação e empresas ainda pecava por defeito.

Em matéria de aprendizagem ao longo da vida, no ano de 2004, somente 4,3% dos portugueses entre 25 e 64 anos frequentaram a formação contínua ou outras iniciativas relacionadas (EU, 2005_a; OCDE, 2005) colocando o país uma posição notoriamente abaixo da média europeia. Chegaram mesmo a aventar-se dúvidas sobre a capacidade dos portugueses em «apreciar o valor social e económico» da educação e formação (European Commission, 2005: 34)!

Procurando inserir-se nas recomendações e política global europeia, Portugal viu-se ‘forçado’ a investir no capital humano, na aprendizagem ao longo da vida, no fomento da capacidade de adaptação do mundo do trabalho a competências e aprendizagens novas e a combater o abandono escolar. Em 2007 o discurso oficial do primeiro-ministro assumia o desafio da formação como estratégia de sobrevivência económica designando como uma ‘opção clara e inadiável’ a aposta na qualificação da população portuguesa.

Deste modo, a Iniciativa Novas Oportunidades, apresentada oficialmente em 2005, enraíza esse mesmo espírito do discurso oficial pretendendo dar um ímpeto resolutivo à questão da qualificação dos portugueses – ambição igualmente expressa no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico – tendo em vista a sociedade do conhecimento. Esta ação pretende exaurir o abandono escolar estimulando as vias profissionalizantes de nível secundário enquanto opção para os mais jovens (segundo o exemplo da Finlândia, Suécia e Alemanha). Por outro lado, as Novas Oportunidades visam melhorar a formação de base dos ativos e adultos. O referencial de alargar e estabelecer o 12.º ano como patamar mínimo de escolarização futura para jovens e adultos é outro dos objectivos a atingir e supostamente a aplicar dentro em breve.

Assim, através deste meio que permite aos adultos recuperar, completar e prosseguir os seus estudos estabeleceu-se a meta de qualificar 1 milhão de portugueses até 2010! Este propósito implicou uma grande aposta no sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) como modelo de avaliação e certificação das competências adquiridas, em contextos formais e informais, por maiores de 18 anos. Esta certificação permite, além da valorização pessoal, social e profissional, o prosseguimento de estudos/formação, inclusive no ensino superior para os que concluíam processos RVCC de nível secundário. Concretamente, a área de educação e formação de adultos passou a contemplar o sistema nacional de RVCC, os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), na sequência do processo de reconhecimento e validação de competências, Ensino Recorrente (a nível Básico e Secundário), Cursos de Especialização Tecnológica (CET) ao nível de quadros intermédios para as necessidades do tecido socioeconómico, Formações Modulares e as vias de conclusão do nível secundário de educação que permitem concluir planos de estudos já extintos.

De acordo com o balanço da Iniciativa Novas Oportunidades feito pelo Ministério da Educação (PT, 2007), até dezembro de 2007 foram abrangidos pela iniciativa 352 563 adultos, 150 542 dos quais procuraram a qualificação de nível secundário. Segundo a mesma fonte, só no ano de 2007 registaram-se 289 162 inscrições de candidatos adultos. O relatório constata que o número de adultos certificados através dos Centros Novas Oportunidades cresceu de «forma significativa» (PT, 2007: 6).

Atualmente, existem 457 centros em funcionamento e a atividade, neste campo, tem sido expressiva como atestam algumas medições feitas recentemente (Souto Otero; Hawley; Nevala, 2007). O relatório de síntese regional sobre a Europa para apresentar no CONFITEA VI, de 2009, posiciona Portugal já num nível avançado nesta matéria e, além de salientar o facto positivo de a educação e formação de adultos contemplar a aquisição de competências nas TIC, destaca o alvo nacional de certificação de 1 milhão de portugueses até 2010 (Keogh, 2009). Encontram-se em desenvolvimento alguns projetos de investigação científica que pretendem avaliar a eficácia destes cursos em relação à aquisição de nível escolar correspondente à escolaridade obrigatória, à indução na vida ativa quer como emprego quer como empreendedorismo com criação do seu próprio trabalho.

A Concluir

Sabemos que algumas reformas e programas europeus em matéria de educação e formação de adultos não estão a decorrer de forma eficiente na sua aplicação prática. A própria Comissão Europeia admite limitações nos progressos operados na mudança dos sistemas para refletir a necessidade da educação ao longo da vida. Saliente-se que a Europa, em 2006, ainda carecia de arrolar mais 4 milhões de adultos em programas de educação ao longo da vida para conseguir alcançar a taxa de participação do parâmetro de referência consagrado no programa *Educação e Formação para 2010* (CE, 2006).

Paralelamente, estamos cientes de que Portugal sentirá dificuldades em desviar-se da tendência europeia e mundial. Recorde-se que o nosso país se aconchegou, durante décadas, numa plataforma de crescimento assente em sectores de baixa e média/baixa intensidade tecnológica concentrados no trabalho tradicionalmente pouco qualificado, com baixo custo da mão-de-obra e pouco investimento nos recursos humanos; ou seja, o desafio português tanto pode significar uma oportunidade enorme, como um sinistro a médio prazo! Aliás, na esfera do trabalho, já vivemos sob o anátema de os não diplomados poderem apresentar limitações em demasia e correrem o risco de ser considerados pelas entidades empregadoras como desprovidos de competências. A esta realidade junta-se uma outra, nova no quadro português, em que o recém desempregado desabafa: ‘sou novo para ir para a reforma e velho demais para arranjar emprego’!

Todavia, não podemos conseguir mudanças efetivas tendo em mente melhorar apenas os dados estatísticos. Há aspectos positivos a perseguir e obstáculos a contornar. O objectivo de certificar 1 milhão de portugueses até 2010 é meritório, mas difícil de alcançar; o RVCC está a mobilizar cada vez mais pessoas, mas será necessário garantir a qualidade permanente deste processo. A tentativa de enraizamento da cultura de aprendizagem ao longo da vida e a propagação da utilização das TIC são factores positivos. Será conveniente avaliar os resultados dos cursos EFA e refletir sobre a sua proficiência – muito além da sujeição estatística – na indução da vida ativa e na concretização de projetos empreendedores. Por outro lado, há que vencer o conservadorismo profundo instalado em muitas famílias, empresários e empresas, e procurar criar sinergias com todos os agentes envolvidos nos processos de educação e formação de adultos. Há que aproveitar os fundos europeus, apostar em campanhas de divulgação, alertar todos para «o valor social e económico» da educação e formação.

Num momento de crise económica, a educação e formação de adultos em Portugal será conveniente à economia do país, mas também à realização de cada cidadão que procura uma nova oportunidade. Como assevera Licínio Lima, existem outros «desafios de grande magnitude» a enfrentar no presente e no futuro pela educação de adultos (Lima, 2008: 2) na consecução dos ideais de troca de saberes, intercâmbio de conhecimentos e experiências, diálogo e discussão de problemas, de intervenção política e social.

De facto, as transformações hodiernas no campo do trabalho, conhecimento, informação e tecnologia, aliadas à aprendizagem ao longo da vida e à aquisição de ‘competências transversais’, como também a necessidade de uma cidadania ativa e interventiva em áreas tão importantes como o ambiente, saúde, valores democráticos, diversidade cultural ou a ‘globalização’, entre outras, farão da educação e formação de adultos mais um elemento indispensável na decifração dos múltiplos desafios do Portugal do século XXI.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Luísa Maria Pinhal da (2007). Competências: um caminho educativo para novos desafios. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, n.º 41-3, 245-262.
- Carneiro, Roberto (2001). *Fundamentos da educação e da aprendizagem: 21 ensaios para o século 21*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, António Vítor N. de (2006). Educação, desenvolvimento e aprendizagens novas na Europa: o caso português, *Educação*, n.º 3, Dez. 2006, 503-523.
- Castro, Rui Vieira *et al.* (2006). Adult education in Portugal: ways of thinking and ways of doing. Rui Castro, Amélia Sancho, Paula Guimarães (Eds.). *Adult education: new route in a new landscape*, 189-229. Braga: University of Minho.
- Delors, Jacques; *et al.* (1996a). [*Learning: the treasure within*](#). Report to Unesco of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. Paris: Unesco / [*Educação: um tesouro a descobrir*](#). Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Paris: Unesco. Rio Tinto: Asa, 1996b.
- EAEA (2006). [*Adult education trends and issues in Europe*](#). Brussels: European Association for the Education of Adults.
- EU (2005_a). [*Europe in figures. Eurostat yearbook 2005*](#), chapter 2. Luxembourg: European Communities.
- EU (2005_b). *European Trend Chart on Innovation. Annual innovation policy trends and appraisal report – Portugal, 2006*. Brussels: European Commission Innovation/SMEs Programme.
- EU (2006_a). [*Comunicação da Comissão – Educação de adultos: nunca é tarde para aprender*](#). Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias [COM (2006)614].
- EU (2006_b). [*Decisão 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de novembro de 2006 que estabelece um programa de ação no domínio da aprendizagem ao longo da vida*](#). *Jornal Oficial da União Europeia*, 24.11.2006, 45-68 [2006/1720/CE].

- EU (2006_c). [*Progress towards the Lisbon objectives in education and training: report based on indicators and benchmarks*](#). Brussels: European Commission of The Communities [SEC (2006) 639].
- EU (2008). [*Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de janeiro de 2008, sobre Educação de adultos: nunca é tarde para aprender*](#) (2007/2114(INI)).
- EU (2008). [*Conclusões do Conselho de 22 de maio de 2008 relativas à educação de adultos*](#). *Jornal Oficial da União Europeia*, 06.06.2008, 9-13 [2008/C 140/09].
- Keogh, Helen (2009). [*The state and development of adult learning and education in Europe, North America and Israel: Regional synthesis report*](#). Hamburg. UNESCO.
- Lima, Licínio (2008). Programados para aprender. *Aprender ao longo da vida*, n.º 9, novembro.
- PT (2007). *Iniciativa novas oportunidades: dois anos em balanço*. [Lisboa]: Ministério da Educação.
- OECD/OCDE (2005). [*Education at a glance: OCDE indicators – 2005 edition*](#). Paris. OECD.
- SESI/UNESCO (1997). [*The Hamburg Declaration: the agenda for the future*](#). Fifth International Conference on Adult Education 14-18 July 1997 / Conferência Internacional sobre a educação de adultos — [*Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*](#). Brasília, 1999.
- Souto Otero, Manuel; Hawley, Jo; Nevala, Anne Mari; Eds (2008). [*European inventory on validation of informal and non-formal learning: a final report: 2007 update*](#). Birmingham. ECOTEC.
- Tessaring, Manfred; Wannan, Jennifer (2004). [*Vocational education and training – key to the future: Lisbon-Copenhagen-Masstricht mobilising for 2010*](#). Luxemburg: CEDEFOP.